

CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

CICLO II DE PSICANÁLISE

(TERÇAS FEIRAS ÀS 19H30)



A QUEDA DA RACIONALIDADE COM A DESCOBERTA DO INCONSCIENTE

Gabriela Birger

SÃO PAULO

NOVEMBRO DE 2020

“Je Pense, donc je suis”.

(Descartes, René)

“Penso onde não sou, portanto sou onde não me penso”.

(Lacan, Jacques)

I. Introdução.

Tendo por pressuposto a descoberta do inconsciente como uma das maiores contribuições da psicanálise, o presente trabalho se propõe a comentar criticamente o fenômeno de descentramento do sujeito a partir da compreensão de sua afetação passiva pelo reconhecimento de uma "parte obscura" do aparelho psíquico.

Nesse sentido, e a partir de um recorte analítico sobre a emergência do inconsciente na literatura de Freud que perspasse pelo desenvolvimento da Primeira Tópica, sem prejuízo de alguns dos conceitos explorados na reeleitura lacaniana acerca da clivagem subjetiva entre o sujeito do enunciado e o sujeito do enunciação, o objetivo desse ensaio é assinalar a queda da racionalidade e da concepção do eu como “morada da verdade” em virtude da Revolução Copernicana operada por Freud. Pretende-se, ainda, bem delinear a distinção entre o eu da psicologia clássica – comumente atrelado à unidade do sujeito e identificado com o lugar cartesiano da verdade – e o ego da psicnálise,

descentrado e lacunar, dominado por pulsões inconscientes e desconhecidas pela consciência.

Afinal, como se verá, com a desmistificação da equivalência pretendida entre o que é psíquico e consciente, o sujeito perderá seu *status* de demiurgo, na medida em que, com a aceitação de uma cisão e clivagem que lhes são estruturantes, o sujeito passa a ser ele também objeto de seu próprio desejo que incoscientemente o domina, e exige, atuando sobre sua consciência e determinando seus processos psíquicos.

II. A Revolução Copernicana da psicanálise com a emergência do Inconsciente: a queda da racionalidade.

Muito embora desde a Antiguidade a suposição de uma atividade diversa do funcionamento da consciência tenha sido objeto de múltiplas reflexões, ao menos pela ótica da filosofia ocidental, com destaque aos racionalistas e empiristas, a subjetividade foi sempre constituída como referencial central e exclusivo ao conhecimento, segundo o entendimento de que a consciência seria a “morada da verdade”. É como relembra Elizabeth Roudinesco em seu Dicionário sobre a Psicanálise:

“O autocentramento do sujeito no eu e na consciência é o marco cartesiano, com a célebre formulação “penso, logo sou”, que atribui ao eu o seu reinado, subjugando o conceito de inconsciente, ficando este reduzido a uma espécie de consciência desconhecida. A filosofia ocidental define o

sujeito como sendo "o sujeito do conhecimento, do direito ou da consciência", e que desde "René Descartes (1596-1650) e Immanuel Kant (1724-1804) até Edmund Husserl (1859-1938), o sujeito é definido como o próprio homem enquanto fundamento de seus próprios pensamentos e atos (...). Tais aspectos caracterizavam uma subjetividade unificada e governada pela consciência, e reduziam o conceito de inconsciente a um estado de caráter temporário e adjetivado, uma espécie de adendo desconhecido da consciência¹". (g/n).

É, porém, com Freud que sobressai a tentativa de explicar algo que ultrapasse a noção de um indivíduo centrado na razão a partir do descentramento trazido pela descoberta do inconsciente, que se torna o eixo central da psicanálise. Semelhante tentativa se justifica precipuamente pela percepção das inúmeras lacunas constantes nos dados da consciência, e pelo fato de que grande parte dos atos psíquicos, tanto de pessoas doentes como sadias, simplesmente não podem ser compreendidos sem a pressuposição de *outros atos*, que para o sujeito, apresentam-se como que pertencentes a *outrem*.

Diante dessa constatação, Freud realça a completa inadequação da equivalência convencional, até então hígida e inconteste, entre o que é psíquico e o que é da ordem do consciente, para então, a partir da defesa da tese da existência de processos psíquicos inconscientes, criticar e refutar a superestima outorgada à consciência.

¹ Roudinesco, Elizabeth e PLON, Michel. Dicionário de Psicanálise. Ed. Zahar, Paris, 1998, p. 742.

Com a emergência do inconsciente – e do Outro –, Freud protagoniza o abalo do estatuto de soberania do eu, da consciência e da razão, na medida em que o inconsciente passa da condição de mero apêndice da consciência à estrutura particular e determinante da subjetividade. Consequentemente, o sujeito perde seu estatuto de uno, e se torna cindido em duas formas de funcionamento – a consciente e a inconsciente, esta última que inelutavelmente exerce *domínio* e *determina* os processos psíquicos percebidos pela consciência.

Ora, a concepção de um aparelho psíquico que comprehende, e é de certa forma regido por um inconsciente, altera sobremaneira a concepção do eu como lugar da verdade que até então imperava, embalada pela prevalência da concepção do *cogito* cartesiano, racional e indivisível.

Daí porque diz-se que, do mesmo modo que Copérnico introduziu a noção de que a Terra não era o centro do universo, e sim, o Sol – ou seja, retirou a Terra desse lugar de centro – igualmente, com Freud, houve o descentramento da noção de eu. Não por outra razão, ao reler a obra freudiana, Lacan alça a descoberta do inconsciente por Freud a uma Revolução Copernicana no âmbito da subjetividade do sujeito, que é a seguir comentada por Garcia-Roza em seu livro sobre o Inconsciente freudiano:

“Daí a conhecida inversão lacaniana da máxima de Descartes: “Penso onde não sou, portanto sou onde não me penso.” O que essa fórmula denuncia é a pretensa transparência do discurso perseguida pelo cartesianismo e a suposta unidade do sujeito sobre a qual ela se apoia. O sujeito do

enunciado não é aquele que nos revela o sujeito da enunciação, mas aquele que produz o desconhecimento deste último. Dito de outra maneira: o cogito não é o lugar da verdade do sujeito, mas o lugar do seu desconhecimento.

A característica fundamental do desejo freudiano é pertencer à dimensão do inconsciente. Isso não significa simplesmente que o sujeito desconhece seus desejos mais recônditos, mas inaugura a própria noção de clivagem da subjetividade. Não há um sujeito único, unidade original e fonte irredutível do desejo, mas dois sujeitos: o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. O sujeito do enunciado é o sujeito social, portador do discurso manifesto (sujeito às leis do processo secundário), porém desconhecedor do sujeito da enunciação e do conteúdo da mensagem. O sujeito da enunciação é, por sua vez, excêntrico em relação ao sujeito do enunciado. Ele não é expresso ou significado no enunciado, mas recalcado e inconsciente². (g/n).

Vale dizer, não mais orbitante em torno da consciência, o sujeito segundo Freud é caracterizado pela ruptura e o estiramento produzido pela formulação da Primeira Tópica, segundo a qual o aparelho psíquico é composto por três sistemas – o consciente, o pré-conciente e o inconsciente –, como se verá a seguir.

III. Breve retomada da Primeira Tópica freudiana.

É no Capítulo VII de A Interpretação de Sonhos, de 1900, que surge a Primeira Tópica freudiana, cujo cerne conceitual reside, sinteticamente, na concepção do aparelho psíquico dividido em instâncias ou sistemas em conflito – o

² Garcia-Roza, Luiz Alfredo. Freud e o Inconsciente. Ed. Zahar, Rio de Janeiro. 2009, p. 23

sistema inconsciente, o pré-consciente e o consciente – e que, pautando pela regressão e progressão, torna imprescindível sua concepção sob uma perspectiva dinâmica.

Tais instâncias, porém, não devem ser entendidas em seu sentido anatômico, mas sobretudo como lugares psíquicos e metafóricos que se perfazem em sua posição relativa com os demais sistemas, com destaque às funções ocupadas por cada um deles (Ics, Pcs e Cs) no aparelho psíquico.

De forma bastante suscinta, (i) o núcleo de Ics (que será mais bem detalhado no item “IV”) consiste em representantes pulsionais carregados de desejo e regidos unicamente pelo princípio do prazer, e assim portadores de intensidades catexiais muito mais móveis que os demais sistemas que buscam a todo custo se descarregar; (ii) já o Pcs, por muitos apelidado de instância intermediária, é considerado por Freud uma “barreira de contato”, e serve como uma espécie de filtro para que determinados conteúdos possam (ou não) emergirem a nível consciente, de modo que os conteúdos ali presentes estão disponíveis ao Cs e emergem principalmente através da análise de sintomas, atos falhos e sonhos e; (iii) por sua vez, o Cs corresponde à diminuta instância desse complexo cujos conteúdos psíquicos e pensamentos são efetivamente, e sem trabalho algum, conhecidos pelo sujeito.

Sobre a dinâmica de interação entre referidos sistemas da Primeira Tópica, em seu artigo sobre o Inconsciente, Freud comenta a passagem dos atos psíquicos entre o Ics e Cs, consoante trecho abaixo:

“Passando agora para um relato das descobertas positivas da psicanálise, podemos dizer que, em geral, um ato psíquico passa por duas fases quanto a seu estado, entre as quais se interpõe uma espécie de teste (censura). Na primeira fase, o ato psíquico é inconsciente e pertence ao sistema Ics; se, no teste, for rejeitado pela censura, não terá permissão para passar à segunda fase; diz-se então que foi ‘reprimido’, devendo permanecer inconsciente. Se, porém, passar por esse teste, entrará na segunda fase e, subsequentemente, pertencerá ao segundo sistema, que chamaremos de sistema Cs. Mas o fato de pertencer a esse sistema ainda não determina de modo inequívoco sua relação com a consciência. Ainda não é consciente, embora, certamente, seja capaz de se tornar consciente (para usar a expressão de Breuer) - isto é, pode agora, sob certas condições, tornar-se um objeto da consciência sem qualquer resistência especial. Em vista dessa capacidade de se tornar consciente, também denominamos o sistema Cs. de ‘pré-consciente’³”.

Por fim, ainda sobre as distinções entre os sistemas que compõem o aparelho psíquico da Primeira Tópica freudiana, é interessante notar que, enquanto no Ics prevalece o processo primário, marcado pela circulação livre da energia pulsional e os mecanismos de deslocamento e condensação⁴, no sistema Pcs-Cs, o processo secundário é dominante, e nele, a energia circula de forma ligada⁵.

³ Freud, S. Artigos sobre a metapsicologia. O inconsciente. In S. Freud, Obras completas (Vol. 14). Ed. Imago. Rio de Janeiro, 1980, p. 9.

⁴ Abreviadamente, o deslocamento reside no processo segundo o qual uma idéia pode ceder a outra toda a sua quota de catexia) e a condensação aquele segundo o qual uma ideia apropria-se de toda a catexia de várias outras idéias.

⁵ Segundo Garcia-Roza (op. Cit, p. 57), “A energia psíquica é dita livre quando tende para a descarga da forma mais direta possível, e é dita ligada quando sua descarga é retardada ou controlada”.

Esclareça-se, contudo, que embora se compreenda o processo secundário como posterior e resultante de uma modificação do processo primário, jamais ocorre a substituição do primeiro pelo segundo, mas apenas um aumento crescente das exigências do primário em face do escoamento das excitações do secundário.

A distinção entre processo primário e processo secundário corresponde, de um ponto de vista econômico, à distinção entre energia livre e energia ligada; a primeira procurando a descarga da maneira mais rápida e direta possível e tendendo à “identidade perceptiva”, isto é, procurando reinvestir as representações ligadas à experiência de satisfação de forma alucinatória, e, a segunda, escoando para a descarga de forma mais controlada e investindo de maneira mais estável as representações. Não coincidentemente, aqueles processos psíquicos que aparecem a nós como irracionais são processos primários que não tiveram sua energia inibida pela catexia pré-consciente, enquanto outros, por representarem impulsos impregnados de desejos infantis incompatíveis com o pensamento secundário, foram recalados.

É pois, a título exemplificativo, “*nos sonhos e nos sintomas que os processos primários se apresentam de forma privilegiada para Freud, enquanto o pensamento da vigília, a atenção, o raciocínio e a linguagem são exemplos de processos secundários*⁶”.

⁶ Idem. Garcia-Roza, p. 58.

IV. Estrutura e características do incônciente.

Para a psicanálise, o inconsciente é um lugar desconhecido pela consciência – uma “outra cena” – e, segundo a Primeira Tópica freudiana⁷, corresponde uma instância ou um sistema (Ics) constituído por conteúdos recalcados que escapam às outras instâncias (Pcs-Cs). O inconsciente, segundo Freud, tem a particularidade de ser ao mesmo tempo interno ao sujeito (e a sua consciência) e externo a qualquer forma de dominação pelo pensamento consciente.

O sistema Ics não sabe dizer “não”; “ele é incapaz de fazer qualquer coisa que não seja desejar”, sendo unicamente regido pelo princípio do prazer; é ao segundo sistema (Cs) que cabe a tarefa de impedir que a atividade do primeiro sistema resulte em desprazer, a partir do predomínio do princípio da realidade.

Seu conteúdo não são, porém, as pulsões como tais, pois estas nunca podem tornar-se conscientes, mas o que Freud denomina de “representações psíquicas da pulsão, isto é, inscrições da pulsão nos sistemas psíquicos⁸” baseadas em traços mnêmicos. “*Esses conteúdos, fantasias e roteiros em que as pulsões estão fixadas buscam permanentemente descarregar-se de seus investimentos pulsionais, sob a forma de “moções de desejo”⁹.*

Freud assinala, ainda, como característica do sistema Ics a ausência de temporalidade “**Os processos do sistema Ics. são intemporais; isto é, não são**

⁷ Na segunda tópica, deixa de ser uma instância, passando a servir para qualificar o isso* e, em grande parte, o eu e o supereu.

⁸ Idem. Garcia-Roza, p. 177.

⁹ Roudinesco, E. Op. Cit., p. 377.

ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo. A referência ao tempo vincula-se, mais uma vez, ao trabalho do sistema Cs. Do mesmo modo os processos Ics. dispensam pouca atenção à realidade. Estão sujeitos ao princípio do prazer; seu destino depende apenas do grau de sua força e do atendimento às exigências da regulação prazer-desprazer¹⁰. (g/n).

Vê-se, portanto, que por inconsciente entende-se um sistema com lógica e semântica próprias e, regra geral, adversas à da consciência, sendo ademais ele, para Freud, o verdadeiro núcleo constitutivo da subjetividade.

Destaque-se, ainda, que a concepção de um modo de operar característico do inconsciente que exerce constante pressão sobre o consciente corrobora à ideia de inexistência de arbitrariedade nos acontecimentos psíquicos, pois eles são sempre determinados pela lógica do inconsciente – o chamado *determinismo ou causalidade dos processos psíquicos*¹¹.

V. Clivagem da subjetividade: a concepção de um sujeito fendido e dominado pelo inconsciente.

Viu-se anteriormente que a Revolução Copernicana operada pela psicanálise freudiana deu ensejo à concepção de um novo ordenamento a partir do

¹⁰ Freud, S. Op. Cit., p. 17.

¹¹ Segundo o estruturalismo lacaniano, a verdadeira liberdade humana provém da consciência que o sujeito pode ter de não ser livre em virtude da determinação inconsciente.

descentramento do eu e da quebra da apregoada unidade da subjetividade, que passa a ser cindida e primordialmente regida pelo inconsciente.

Nesse diapasão, como ilustrado, enquanto a subjetividade cartesiana é uma subjetividade unificada, identificada com a consciência, a subjetividade psicanalítica é fundamental e essencialmente uma subjetividade cindida, sujeita a dois sistemas com sintaxes distintas. Ocorre, portanto, e especialmente à luz da passagem do imaginário ao simbólico (ou da natureza à cultura) operada pelo Complexo de Édipo (castração simbólica¹²) tal como concebida por Lacan, uma ruptura entre o enunciado (sujeito do ego) e a enunciação (sujeito do inconsciente)¹³, o que implica admitir uma *duplicidade de sujeito* na mesma pessoa. Essa divisão, fruto do interdito e recalque originário é o que, segundo Lacan, constitui o inconsciente e produz uma fenda entre o dizer e o ser, entre o “eu falo” e o “eu sou”.

Essa divisão do aparelho psíquico em sistemas diferenciados e antagônicos é, por sua vez, indicativa de uma subjetividade essencialmente clivada, e refere-se a uma cisão de regimes de dois modos diferentes de funcionamento do psiquismo, sujeitos a leis e princípios próprios.

Vale dizer: contra a unidade do sujeito defendida pelo racionalismo da filosofia ocidental, a psicanálise apontará um sujeito fendido: aquele que faz uso da

¹² Para Lacan, é a interiorização da lei que possibilita à criança constituir-se como sujeito.

¹³ Nesse sentido, segundo Lacan, são, portanto, dois sujeitos que estão em jogo: aquele que enuncia a mensagem (sujeito do enunciado) e aquele outro ligado aos elementos significantes do inconsciente (sujeito da enunciação), excêntrico em relação ao primeiro. A prática psicanalítica se propõe a tornar explícito o sujeito da enunciação, partindo do sujeito do enunciado, cuja apreensão (isto é, do que é da ordem do inconsciente) se colher através da expressão simbólica na palavra, formam, em síntese, o ápice das elaborações freudianas presentes na primeira tópica.

palavra e diz “eu penso”, “eu sou” e que é identificado por Lacan¹⁴ como sujeito do enunciado (ou sujeito do significado); e aquele outro, sujeito da enunciação (ou sujeito do significante¹⁵), que se coloca como excêntrico em relação ao sujeito do enunciado.

A esse respeito, e como comenta Lacan acerca sobre a obra de Freud, a psicanálise evoluiu a ponto de perceber que o [eu] = Je (aquele que surge com o ingresso no universo simbólico) é distinto do eu = moi (primeiro esboço do ego e reflexo especular do desejo da mãe, e da ordem do imaginário), para tanto asseverando que o sujeito não mais pode se confundir com o indivíduo, a pessoa. O sujeito do inconsciente passa a ser, sob essa lógica, o sujeito por excelência, e se distingue do eu, função imaginária, fruto do processo de identificação com o *outro*¹⁶.

Didáticos, nesse sentido, os comentários de Garcia-Roza acerca da reeleitura lacaniana de Freud e a demonstrada clivagem subjetiva do sujeito:

“O que Lacan faz, a partir dos textos de Freud, é deslocar o eu do lugar central que ele ocupava na filosofia clássica. Quando Descartes, exercendo a dúvida metódica, chega ao Cogito ergo sum (que na verdade é “je pense donc je suis”),

¹⁴ Ao contrário do que ocorre na posição cartesiana, o sujeito não é agente, mas, segundo Lacan, é ele determinado pela função simbólica, assim como a posição do sujeito em relação ao Outro é mediada pelas regras e convenções do registro simbólico.

¹⁵ Segundo Roudinesco (Op. Cit, p. 722) “Termo introduzido por Ferdinand de Saussure (1857-1913), no quadro de sua teoria estrutural da língua, para designar a parte do signo lingüístico que remete à representação psíquica do som (ou imagem acústica), em oposição à outra parte, ou significado, que remete ao conceito. Retomado por Jacques Lacan como um conceito central em seu sistema de pensamento, o significante transformou-se, em psicanálise, no elemento significativo do discurso (consciente ou inconsciente) que determina os atos, as palavras e o destino do sujeito, à sua revelia e à maneira de uma nomeação simbólica”.

¹⁶ Lacan, J. (1992, 3^a Ed.). *O seminário: livro 2 - o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1978).

ele identifica o sujeito e o eu, ele torna coextensivos o sujeito do enunciado, o sujeito da enunciação e o eu. (...) Ora, o que nos dizem Freud e Lacan é que esse sujeito, até então absoluto, é atropelado por um outro sujeito que ele desconhece e que lhe impõe uma fala que é vivida pelo sujeito consciente como estranha, lacunar e sem sentido. O que é indicado por essas formações lacunares é o lugar do Outro (com O maiúsculo) onde, segundo Lacan, se situa a cadeia do significante e onde o sujeito aparece. Esse Outro é a ordem inconsciente, ordem simbólica¹⁷, que se distingue do outro (com o minúsculo) que é o semelhante, o outro sujeito. É a partir do Outro entendido como um lugar simbólico, de certa maneira externo ao sujeito, que podemos entender a diferença entre o ego e o eu¹⁸". (g/n).

Por conseguinte, o ego, ao contrário do que se supunha, com a descoberta do inconsciente, deixa de ser o lugar da verdade e razão do sujeito, manifestando-se, especialmente em situação de análise, como defesa dos desejos pulsionais e exigências dos demais senhores (mais tarde, na Segunda Tópica Freudiana, ID e Supereu). Não à toa, semelhante posição de defesa de desejos e exigências que lhes são alheias, confere-lhe uma função fundamental de desconhecimento (de si próprio).

Ora, se “eu sou onde não penso, onde não sintetizo”, tem-se que o

¹⁷ O simbólico, por sua vez, é a Ordem, a Lei, o que distingue o homem do animal e funda o Inconsciente. A Ordem Simbólica é a ordem humana, é transindividual na medida em que O Sujeito e o Eu precede o sujeito e é a condição de sua constituição como sujeito humano. É no interior do Simbólico, e por intermédio dele, que o imaginário pode constituir-se (Garcia-Roza, Op. Cit, p. 213/214)

¹⁸ Garcia-Roza. Idem, p. 210.

grande desafio do processo analítico cinge-se à busca do sujeito do inconsciente – o verdadeiro sujeito – e não do sujeito objetificado que, em grande parte, espelha os desejos de *outrem*. Eis que nascidos como que perdidos e esquecidos de nós mesmos, o estudo e a investigação daquilo que nos é oculto e assombra nossas ações e pensamentos – é dizer, daquilo que é da ordem do inconsciente – nunca termina.

BIBLIOGRAFIA

- Roudinesco, Elizabeth e PLON, Michel. Dicionário de Psicanálise.*Ed. Zahar, Paris, 1998.*
- Garcia-Roza, Luiz Alfredo. Freud e o Inconsciente.*Ed. Zahar, Rio de Janeiro. 2009.*
- Freud, S. Artigos sobre a metapsicologia. O inconsciente.*In S. Freud, Obras completas (Vol. 14). Ed. Imago. Rio de Janeiro, 1980 (trabalho publicado em 1915).*
- Lacan, J. (1992, 3^a Ed.). O seminário: livro 2 - o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise.*Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1978).*
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu.*In J. Lacan, Escritos (V. Ribeiro, trad., pp. 535-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.*
- BRAUER, Jussara Falek. O outro em Lacan: consequências clínicas.*Psicol. USP, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 309-333, 1994. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167851771994000100020&lng=pt&nrm=iso>.* acessos em 20 out. 2020.